



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 2 de julho de 2024

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,65% São Paulo	122.331 26/6	R\$ 5,653 (+ 1,16%)		R\$ 6,072	10,40%	10,42%	Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46
0,13% Nova York	124.718 27/6	Últimos					
		25/junho 5,454					
		26/junho 5,519					
		27/junho 5,507					
		28/junho 5,588					



30 anos do Plano Real

Hiperinflação: o dragão a ser abatido

Conter o aumento dos preços, que destruía o poder de compra dos brasileiros — prejudicando, especialmente, os mais pobres — foi o grande desafio do programa criado pela equipe econômica do então presidente Itamar Franco

» FERNANDA STRICKLAND

Em 1994, o Brasil enfrentava um cenário econômico desafiador, marcado por uma inflação galopante que corroía o poder de compra dos cidadãos e dificultava o planejamento econômico tanto para famílias quanto para empresas. A carestia acumulada ao longo dos anos anteriores tinha atingido níveis alarmantes, chegando ao que os economistas chamam de hiperinflação.

Segundo o economista Ricardo Mello, a hiperinflação é o aumento generalizado dos preços de vários itens de diferentes segmentos de uma economia por um período prolongado, de maneira descontrolada e descoordenada. “O Brasil já passou por períodos de hiperinflação nas décadas de 80 e 90”, explicou.

“A hiperinflação no Brasil aconteceu devido ao segundo choque nos custos do petróleo, em 1979. Os Estados Unidos foram um país extremamente afetado e acabou com uma grande inflação. Isso acarretou em uma grande alta da taxa de juros norte-americana, que também provocou o aumento da taxa de juros inglesa. Os contratos de dívida do Brasil (e o Brasil tinha uma dívida externa importante em dólares) eram atrelados a esses juros”, afirmou o economista.

O Brasil tinha que ganhar dinheiro suficiente para pagar esses juros e seguiu uma cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) de forte redução de custo e desvalorização da moeda para que tivesse produtos que fossem baratos para o resto do mundo e fossem exportados, trazendo dólares para o país e pagando as taxas de juros.

Mello explicou que quando o Brasil promoveu a forte desvalorização cambial, todos os produtos de fora do Brasil tiveram um aumento de preço muito grande. “O que trouxe uma inflação importante para o país, que começou a conviver com inflações galopantes chegando a mais de 1000%, 2000%, 3000% ao ano ao longo das décadas de 80 e 90”, disse.

“Só no Plano Real em 1994, com Fernando Henrique Cardoso, no governo Itamar, e depois com o governo Fernando Henrique, que a hiperinflação do Brasil foi, de fato, debelada”, pontuou o economista.

Principais causas

De acordo com o economista da FGV André Braz, as principais causas da hiperinflação no Brasil foram: o déficit fiscal crônico; os índices de correção monetária; as políticas econômicas inconsistentes; os choques de oferta; as crises externas; a falta de credibilidade nas políticas monetárias; as pressões salariais;

e a governança econômica e instabilidade política.

“A vida, durante o período de hiperinflação no Brasil, era marcada por um constante estado de adaptação e incerteza. Os consumidores precisavam ser extremamente vigilantes e rápidos em suas decisões financeiras para evitar a perda de poder de compra. As dificuldades econômicas afetaram profundamente o cotidiano das pessoas, levando a mudanças significativas nos hábitos de consumo, relações de trabalho e dinâmicas sociais”, comentou Braz.

O economista da FGV disse, ainda, que o Banco Central do Brasil começou a cortar taxas de juros devido à redução da inflação subjacente, enquanto os bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa mantiveram uma postura mais rígida, mantendo as taxas de juros mais altas por mais tempo. “Esta divergência nas políticas monetárias criou uma pressão sobre o real, uma vez que os investidores buscaram melhores retornos em mercados com taxas de juros mais altas”, explicou.

Para Ricardo Rodil, economista e líder do mercado de capitais do Grupo Crowe Macro, não existe um ‘porquê’, mas vários ‘porquês’ que contribuíram para a situação de hiperinflação na economia brasileira. “Se pudermos reduzir a dois, estes seriam o descontrolado fiscal e a dívida externa. Mas cada um deles tem diversas facetas, que precisam ser analisadas”, afirmou.

“O descontrolado fiscal costuma ser a causa mais comum de pressões inflacionárias (chegando ou não à hiperinflação), pois obriga os governos a utilizar uma das seguintes medidas, ou uma combinação de ambas: emitir moeda ou aumentar seu endividamento”, disse Rodil. “A emissão de moeda sem contrapartida em aumentos do produto e/ou da produtividade conduz a um excesso de demanda sobre a oferta, o que faz os preços dispararem”.

Rodil ressaltou que o aumento da dívida pública leva o governo a gastar mais em juros, o que pressiona o nível de juros no mercado, o que inibe investimentos, reduzindo ou estagnando a oferta de bens e serviços, causando inflação. “À época, a dívida externa era ‘impagável’ e a juros flutuantes, o que levou a vários defaults, com a consequente resistência de investidores internacionais a colocar capitais no Brasil, o que pressionava o valor do dólar e a inflação”.

Tentativas

Nas décadas de 1980 e início dos anos 1990, o Brasil experimentou diversas tentativas frustradas de controle inflacionário, como os Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor, que, embora trouxessem alívio temporário, não

Arquivo CB/Reprodução



A máquina de remarcar preços era o grande terror do consumidor. Produtos ficavam mais caros todo dia

Do sufoco ao alívio

Na transição para o real, a inflação anual chegou perto dos 5.000%



*Mar/94 - URV se torna unidade de valor
*Jul/94 - o real passa a ser a nova moeda do Brasil

O plano econômico começou a ser desenvolvido no 2º semestre de 1993 por equipes do Ministério da Fazenda, Banco Central e Casa da Moeda.

1ª fase — ajuste fiscal: criou-se o Fundo Social de Emergência, concebido para aumentar a arrecadação tributária e a flexibilidade da gestão orçamentária em 1994 e 1995;

2ª fase — economia bimonetária: criação de uma moeda escritural, a URV (Unidade Real de Valor), como unidade de conta;

3ª fase — novo padrão monetário: o real foi implementado em 1º de julho de 1994.

A distribuição da URV para a rede bancária começou a ser realizada em abril de 1994.

1º mar/1994 - 1 URV = CR\$647,50;

30 jun/1994 - 1 URV = CR\$2.750;

1º jul/1994 - 1 URV = R\$ 1

Fonte: Banco Central e IBGE

conseguiram estabilizar a economia a longo prazo. A inflação chegou a atingir taxas superiores a 2.000% ao ano, tornando-se um dos maiores problemas enfrentados pelo país. A volatilidade dos preços criava um ambiente de incerteza, levando a um círculo vicioso de aumento de preços e perda de confiança na moeda nacional.

Frente a essa situação crítica, o governo do então presidente Itamar Franco, com a liderança do seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, concebeu o Plano Real, lançado oficialmente em 1º de julho de 1994. O plano se diferenciava dos anteriores por sua abordagem gradual e estruturada, focando em uma série de medidas que visavam a estabilizar a economia e restaurar a confiança na moeda.

O Plano Real consistia em três fases principais: o Programa de Ação Imediata (PAI), que era focado no ajuste fiscal e controle das contas públicas, com o objetivo de reduzir o déficit e criar um ambiente de confiança; na introdução da Unidade Real de Valor (URV), que foi uma moeda virtual que coexistiu com o cruzeiro real (moeda vigente até então) e serviu como referência para a indexação de preços e contratos; e o lançamento do real, a nova moeda. O real (R\$), substituiu a URV em 1º de julho de 1994, com uma paridade de 1 para 1 em relação ao dólar. A introdução do real foi acompanhada de um conjunto de políticas monetárias e fiscais rigorosas para garantir sua estabilidade.

Impactos e Resultados

O Plano Real trouxe resultados imediatos e significativos. A inflação, que havia atingido níveis estratosféricos, foi rapidamente reduzida, estabilizando-se em torno de 6% ao ano nos anos subsequentes. O poder de compra dos brasileiros foi restaurado, e a confiança na moeda nacional foi gradualmente recuperada.

Além de controlar a inflação, o Plano Real também estabeleceu as bases para uma série de reformas estruturais na economia brasileira. A estabilização econômica permitiu a atração de investimentos estrangeiros, impulsionou o crescimento econômico e melhorou as condições de vida da população.

A implementação do Plano Real em 1994 foi um ponto de inflexão na história econômica do Brasil. Ao abordar a inflação de maneira inovadora e eficiente, o plano não apenas estabilizou a economia, mas também criou um ambiente propício para o desenvolvimento e a modernização do país. A experiência do Plano Real permanece como um exemplo de como políticas econômicas bem concebidas e executadas podem transformar a realidade de uma nação.

